

# Fronteiras

## Revista Catarinense de História

**Cidades verticais – um novo padrão de cidades modernas: um estudo de caso sobre a verticalização urbana de Campina Grande/PB e seus impactos socioambientais (1960-2012)**

**Vertical cities – a new standard of modern cities: a case study on the urban verticalization of Campina Grande/PB and its social and environmental impacts (1960-2012)**

Felipe Cardoso de Souza<sup>1</sup>  
José Otávio Aguiar<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar os impactos socioambientais provocados pelo processo de verticalização urbana movido na cidade de Campina Grande/PB, no recorte compreendido entre a década de 1960 até o ano de 2012, período em que se tem a construção dos três primeiros edifícios da cidade até o momento auge da verticalização urbana do município. Para tanto, as fontes utilizadas constituem-se de entrevistas obtidas por meio da metodologia em História Oral, fontes fotográficas, jornalísticas e o Plano Diretor Municipal, publicado em 1996 e atualizado em 2006. O campo teórico-metodológico utilizado baseia-se nos expoentes da História Ambiental. Buscamos a partir deste trabalho fomentar uma discussão acerca das transformações urbanas que nos cercam e os seus impactos ao meio ambiente, problematizando, assim, o ideário de “desenvolvimento” e “progresso” que justificam projetos de urbanização.

**Palavras-chave:** Verticalização em Campina Grande/PB; Cidades modernas; Impactos socioambientais.

### Abstract

This article aims to analyze the social and environmental impacts caused by the urban verticalization process in the city of Campina Grande/PB, in the range between the 1960's and 2012, the period in which the first three buildings in the until now, the peak of the city's urban verticalization. For this purpose, the sources used consist of interviews obtained through the methodology in Oral History, photographic and journalistic sources and the Municipal Master Plan, published in 1996 and updated in 2006. The theoretical-methodological field used is based on the exponents of Environmental History. From this work, we seek to foster a discussion about the urban transformations that surround us and their impacts on the environment, thus problematizing the ideas of “development” and “progress” that justify urbanization projects.

**Keywords:** Verticalization in Campina Grande/PB; Modern cities; Social and environmental impacts.

<sup>1</sup> Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, Especialista em História do Brasil e História e Cultura do Brasil pela Faculdade Intervale. Brasil. E-mail: felipe.cardoso@estudante.ufcg.edu.br | <https://orcid.org/0000-0002-9750-9406>

<sup>2</sup> Doutor em História. Professor da Unidade Acadêmica de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Brasil. E-mail: otavio.j.aguiar@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-0489-3670>

## Introdução

Esta pesquisa tem como marco inicial um Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) desenvolvido pelos autores entre os anos de 2018 e 2019, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e desenvolvido em parceria interinstitucional com três instituições de nível superior do país.

O referido projeto de Iniciação Científica estudou o processo de verticalização de Campina Grande/PB, possibilitando analisá-lo a partir de diferentes enfoques, o que resultou no Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação de um dos autores e no seu Projeto de Mestrado, aprovado em 2020 e em desenvolvimento no programa de Pós-Graduação em História de uma das referidas instituições supracitadas.

A escolha da temática de verticalizações urbanas partiu das orientações teóricas e metodológicas dos autores, baseadas no campo da História Ambiental. A partir deste campo historiográfico, consideramos as verticalizações urbanas um projeto de ampla análise: 1) embelezamento paisagístico, 2) novos formatos de moradia e de sociabilidades, 3) vinculações políticas e econômicas, 4) inserção em padrões de modernidade cidadina, 5) problemas e impactos socioambientais, dentre outros.

A partir das pesquisas dos autores, identificou-se que em Campina Grande o processo de verticalização urbana compreendeu todos os aspectos acima mencionados. Os primeiros edifícios construídos sobre a cidade datam das décadas de 1960, 70 e 80, com a construção dos edifícios *O Rique*, *O Palomo* e *O Lucas*, alinhando a cidade a um processo de verticalização em curso no Brasil desde os anos 1920 e produzindo, a partir da presença destes edifícios, novas sensibilidades campinenses, traduzidas por sentimentos de modernidade, de “sintonia com o mundo civilizado” (ARANHA, 2003, p. 80).

Entretanto, a partir da 1985, com a reabertura política, identificamos com mais clareza um projeto expresso de verticalização urbana sobre o município de Campina Grande, a partir de políticas de desenvolvimento fomentadas para as cidades, que resultou na criação de novos planos diretores. De acordo com Bonates (2010, online), “a determinação constitucional [...] definia esse plano como o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, aprovado pela Câmara Municipal e obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes”.

A partir de então, o processo de verticalização na cidade começa a se intensificar para além dos três primeiros edifícios que inauguraram este processo, com a criação do Plano Diretor municipal em 1996 e sua atualização em 2006. Todavia, os custos a níveis socioambientais

deste projeto urbanístico e paisagístico se apresentam em forma de impactos negativos, paulatinamente observados e analisados pelo historiador ambiental.

A exemplo destes impactos, destacamos a relação existente entre patrimônio e capitalismo, uma vez que este se apropria do patrimônio para os seus interesses; em consequência deste primeiro problema, ocorre a destruição aos patrimônios, que carrega consigo também a destruição às memórias individuais, afetivas e sensíveis da sociedade, que se constroem junto a estes patrimônios agora demolidos para construção de um espigão; e problemas a níveis de saúde pública, como problemas respiratórios oriundos das alterações climáticas e das ilhas de calor que se formam.

Desta feita, o objetivo deste trabalho é analisar os impactos socioambientais produzidos pelo processo de verticalização de Campina Grande/PB. Para tanto, delimitamos como recorte a década de 1960, por demarcar a construção dos três primeiros edifícios da cidade; e, nos estendemos até 2012, em que se demarca o auge da verticalização da cidade.

### **O processo de verticalização urbana em Campina Grande/PB**

Em entrevista concedida ao projeto de pesquisa dos autores, o renomado arquiteto campinense Geraldino Duda destaca o projeto de Austro França<sup>3</sup> para a cidade, afirmando que este “queria realmente tornar Campina uma metrópole [...], desenvolver a cidade, dar um aspecto melhor à cidade”. Segundo o colaborador, Austro França chefiou o Departamento de Planejamento e Urbanismo, na gestão do prefeito Severino Cabral (1959-1963), que, segundo o mesmo, também era outro homem de visão e foi uma personalidade política importante para este período de modernização da cidade; “esse povo todo era audacioso”, reforça o entrevistado.

Dialogando com Pesavento (2007), sugerimos pensar que os processos de urbanização que se alinham a ideais de modernização, “realizados ou não, eles são a inscrição de uma vontade e de um pensamento sobre a cidade e, logo, são matérias da história, porque fazem parte da capacidade imaginária de transformar o mundo” (PESAVENTO, 2007, p. 17), neste sentido, estes projetos, dialogam com “as representações que se constroem na e sobre a cidade,

---

<sup>3</sup> Engenheiro e arquiteto nascido em 1922 em Campina Grande, formado pela Escola de Engenharia da Universidade do Recife (atual Universidade Federal de Pernambuco) em 1948. Concretizou em Campina Grande dezenas de obras, sobretudo condomínios de alto padrão que até hoje são referências, a partir de sua empresa Belfran Engenharia e Promoções Ltda. Dentre suas principais obras estão a ampliação e reforma da Praça Clementino Procópio, a maternidade ISEA e o Teatro Municipal Severino Cabral (junto de Geraldino Duda), todas estas obras estão localizadas no eixo Centro-Açude Velho. O blog Retalhos históricos de Campina Grande considera Austro França como “o verticalizador de Campina Grande” (Retalhos históricos de Campina Grande, 2016. Disponível em <[http://cgretalhos.blogspot.com/2015/07/revista-campina-seculo-e-meio-n-04.html#.XQ\\_IG-hKjIU](http://cgretalhos.blogspot.com/2015/07/revista-campina-seculo-e-meio-n-04.html#.XQ_IG-hKjIU)> Acesso em 26 de agosto de 2021.

ou seja, com o imaginário criado sobre ela” (PESAVENTO, 2007, p. 15) em que se inserem os discursos imagéticos representados pela cultura material da cidade.

Para Geraldino Duda, Campina Grande neste período era uma cidade industrial, possuindo indústrias, prensas de algodão e minério; neste sentido, reforça que “Campina foi sempre audaciosa, nessa questão de edifício Dr. Austro lutou muito por isso, para verticalizar Campina [...], então ele fez vários edifícios, foi quem mais construiu, foi ele”. O entrevistado conclui afirmando, a partir do seu lugar de fala enquanto engenheiro e arquiteto, que “uma cidade que se verticaliza todo mudo acha que ela está em desenvolvimento”.

Em pesquisa realizada no Átila Almeida (Universidade Estadual da Paraíba – UEPB), a partir das leituras do Diário da Borborema, percebemos na década de 1980 discursos que recuperam a vocação progressista de Campina Grande e a ânsia pelo progresso. Nestes discursos, a atuação dos comerciantes chama atenção para pensarmos como a noção de desenvolvimento e progresso estava na ordem do dia, conforme citação abaixo:

Nenhum povo poderá alcançar índices desejáveis de progresso, sem que, para isto, conte com uma estrutura de Comércio. [...] Nesse conjunto, a participação de nós, comerciantes, é por demais importante, indispensável no processo de progresso acelerado que vive o nosso país. [...] A nós [comerciantes], como importante segmento da sociedade, foi reservado o papel de defensor dos grandes interesses nacionais que, por fim, traduzem os nossos próprios (O DIÁRIO DA BORBOREMA, 01/02/1980).

Sobre a ânsia de Campina Grande em se colocar em igualdade aos grandes centros urbanos, destacamos a seguinte publicação do jornal na década de 1980:

O empresário campinense Raimundo Lira, ao discursar, anteontem, no jantar de homenagens oferecidos pelo Governador Tarcísio Burity e pela Secretaria de Finanças aos 100 maiores contribuintes do Estado, exortou o Governo do Estado a consolidação e permanência do “status” de Campina Grande, como maior cidade do Norte e Nordeste do Brasil. [...] Campina Grande, em sendo uma cidade do interior, é equivalente à capital [...]. Essa situação, explicou ele, é mantida por ser a “Rainha da Borborema” [Campina Grande] um centro irradiador de progresso para todo o Estado [...] (O DIÁRIO DA BORBOREMA, 01/02/1980).

Percebemos, portanto, um discurso de grandeza presente na imprensa sobre a cidade, não somente na imprensa, mas estes discursos também estão postos de outras formas, como na escrita da história da cidade feita pelos primeiros escritores que o fizeram, na produção imagética da cidade do “maior” São João do Mundo, capital do trabalho e Liverpool brasileira, nas produções artísticas, dentre outras formas de produzir discursos de grandeza sobre a cidade.

Ainda sobre o período de 1980, o colaborador de pseudônimo Antônio<sup>4</sup>, que residia na cidade neste momento, destaca que no período de gestão “de Ronaldo<sup>5</sup>, ele colocou umas cabines quadradas, imitando aquelas cabines quadradas de Londres, ele reformou as praças, [...] deu um ar de modernidade, embora fossem obras mais pontuais”. Sobre estas cabines e este período, a colaboradora Maria do Socorro, que também nos concedeu uma entrevista, destaca que

tinha a Telemar, a Telemar era ali onde é a Oi, hoje em dia é onde é a Oi; aí ali na Telemar tinha um monte de cabine, porque nessa época não existia celular, era só orelhão, aí quem quisesse ter mais privacidade, aí pagava a ligação, aí ia para as cabines, cada um ia para uma cabine e ligava para o seu destino, para quem você queria, principalmente interurbano [...]. Aí ficava cada um numa cabine, aí se tivesse muita gente esperando, as pessoas ficavam esperando, quando as cabines iam desocupando as pessoas iam ocupando.

Quando perguntada sobre a presença de prédios, a colaboradora afirma: “Eu só me lembro desses três<sup>6</sup>... não, tinha aquele, o Edifício Prata né... Mas assim, os edifícios maiores eram o Rique, o Palomo e o Lucas”, quando questionada sobre a presença dos prédios nos bairros a colaboradora afirma que não existia prédios, “como hoje em dia tem o Alto Branco, a Liberdade, o Catolé, não existia não, não tinha não, isso aí foi tudo feito depois”.

Sobre o início da verticalização em Campina Grande, Antônio afirma que esta ainda

era uma cidade basicamente horizontal, a gente dizia que Campina Grande tinha dois prédios: o edifício Lucas e o edifício Rique. Para nós, aqueles prédios eram exemplos de arranha-céu, porque, de fato, quando eles foram construídos (que um empresário construiu um e aí o outro empresário que era concorrente, que era inimigo, fez o outro maior) quando eles foram construídos, numa cidade do Nordeste, do interior do Nordeste, aquilo ali era uma coisa impensável, era um símbolo de modernidade, Campina Grande era uma pequena São Paulo, uma pequena Nova Iorque, então, não havia prédio mais altos.

No entanto, Maria do Socorro chama atenção para não perdermos de vista que, Campina Grande já era grande nesse período, que depois cresceu muito, mas que nesse período já era grande. Conforme comentou Geraldino Duda, tratava-se de uma cidade industrial; nesse sentido a colaboradora Maria do Socorro faz este adendo

## **Dos impactos socioambientais**

---

<sup>4</sup> O colaborador optou por se manter em confidencialidade em razão das informações prestadas oferecerem certos riscos à sua pessoa. Por esta razão preservou-se a identidade do colaborador, conforme orienta os manuais de História Oral.

<sup>5</sup> Ronaldo Cunha Lima, gestor municipal nos períodos entre janeiro e março de 1969; e entre 1983 e 1988.

<sup>6</sup> Os edifícios O Rique, O Palomo e O Lucas.

Os primeiros impactos que percebemos se inserem na questão patrimonial da cidade, coletiva ou individualmente. Uma das problemáticas que nos orientou no início das pesquisas foi de como a sociedade lidou com a questão patrimonial, considerando “sociedade” enquanto os agentes que detêm o poder político e econômico e, os cidadãos comuns da sociedade em seus próprios paradigmas de percepção e perdas em relação ao patrimônio.

Delimitando enquanto ponto inicial de análise, nos deparamos com uma questão contraditória: a lei, a partir do Decreto-lei nº 25 do ano de 1937 e da própria Constituição Federal de 1988, prevê a proteção do patrimônio, todavia não há fiscalização no mínimo eficiente para garantir esta proteção, é o que chamamos de isonomia formal e material, ou seja, o que a lei prevê pode não se materializar. Corriqueiramente, em nome do capitalismo e da especulação imobiliária, edificações históricas são demolidas para construção de um prédio residencial de luxo ou para instalação de uma rede comercial, que em nome do “crescimento”, destroem a memória cidadina e as memórias individuais e afetivas dos cidadãos em nome deste progresso vertical.

Neste sentido, chamamos atenção para a forma como o capitalismo se apropria do patrimônio histórico para os seus interesses. Neste sentido, um dos colaboradores da nossa pesquisa, o professor Francisco Henrique, menciona o caso do Cine Babilônia, importante cinema campinense que funcionou entre os anos de 1939 e 2000, que foi completamente reapropriado para uso comercial. Conforme destaca o colaborador,

o Babilônia, que hoje se transformou num shopping center, que é uma característica dessa modernização: pegar parte da cultura de um povo e transformar em algo mercadológico, que é o que estão tentando fazer também com o Cine Capitólio. O Cine Avenida também foi destruído e com ele boa parte também da memória de Campina Grande.

Como podemos observar, o que era para ser uma memória preservada da cidade se reduziu a escombros de memória. Outro colaborador da pesquisa, de pseudônimo Antônio, citando dois casos de seu conhecimento, afirma que

lá perto da Catedral<sup>7</sup> existe uma casa muito bonita, do Doutor Acácio de Figueiredo, que era o irmão do ex-governador Argemiro de Figueiredo<sup>8</sup>, [...] os caras foram lá e destruíram tudo na calada da noite. Teve um outro caso também, que foi do empresário [confidencial], daquela [confidencial], também destruiu a casa, mas parece que essa já havia o tombamento. Então, assim, casas históricas, a gente já viu muitas serem destruídas ou descaracterizadas. [...] E aí, simplesmente não acontece nada.

<sup>7</sup> A região em que fica localizada a Catedral (Paróquia Nossa Senhora da Conceição) é uma das regiões mais antigas da cidade em que ainda há muitas edificações antigas.

<sup>8</sup> Ex-governador da Paraíba durante o período de 1935 e 1940.

A respeito das percepções individuais sobre estas demolições e perdas de partes da memória da cidade, bem como do embelezamento que as edificações antigas produzem na cidade, outra colaboradora da pesquisa, Maria do Socorro, lamenta: “ali em [confidencial], por ali, era uma auto escola, [confidencial], cada casa linda tinha aqui nessa rua Epitácio Pessoa, tudo antiga, tudo derrubada, foi feito tudo casa nova ali, essa Epitácio Pessoa mudou todinha, porque era tudo casa antiga, com aquelas áreas<sup>9</sup>, aquelas casas...”.

Antônio chama atenção para a omissão das autoridades na aplicação das leis de tombamento e proteção do patrimônio:

A gente viu até aí na construção desse [confidencial], a área do Açude é totalmente tombada<sup>10</sup>, simplesmente, apesar das recomendações do Ministério Público, apesar da exigência da lei, simplesmente a [confidencial] fez besteira no licenciamento, passou por cima da autorização do IPHAEP e ficou por isso mesmo.

A impunidade apontada por Antônio dá espaço a novas demolições e, conseqüentemente, perdas irreparáveis de memórias locais. Dentro desta perspectiva, Antônio ainda relata sobre uma conversa que teve com [confidencial], ex-prefeito de [confidencial]. Segundo o colaborador, na referida conversa com [confidencial], este lhe disse: “- Antônio, quando o construtor faz uma aberração grande eu já sei que o cara é de Campina, porque lá em Campina ele pode tudo, ele faz do jeito que quer, contra a lei, faz do jeito que quer, é totalmente livre”.

A fala de [confidencial] reforça a ideia de impunidade e desvalorização do patrimônio. Antônio ainda conclui afirmando que “os órgãos de fiscalização e controle deixam muito a desejar em todas essas matérias, mas em matéria de urbanismo parece que a coisa é pior ainda”.

As questões colocadas sugerem um projeto de verticalização associado às demandas do capital contemporâneo que consideram as construções antigas da cidade como elementos que atrapalham o “desenvolvimento” cidadão. À luz da História Ambiental, percebemos a forma como a cidade tem pensado sobre meio ambiente, a partir da desvalorização do patrimônio histórico, o que evidencia a contradição de uma cidade dita “grande”, mas ainda sem uma educação patrimonial no mínimo razoável.

---

<sup>9</sup> Neste momento a entonação da colaboradora muda para uma entonação de contemplação destas casas antigas, em que a visualização só é possível na memória da colaboradora, uma vez que as demolições colocam estas memórias da cidade no esquecimento.

<sup>10</sup> O Açude Velho é tombado pelo IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba) a partir do Decreto-lei nº 22.245 de 21 de setembro de 2001 na classe “Conjunto paisagístico”. Como reza a lei, todos os bens tombados nesta categoria devem ter seus entornos protegidos e preservados.

Sobre a administração de recursos para melhoria do meio ambiente e preservação do patrimônio histórico da cidade, Antônio afirma que

pela lei, essas áreas, por exemplo, aquela área do [confidencial], essas áreas de praça, que têm lanchonete, têm restaurante, que são inúmeras, o aluguel deve reverter para o Fundo Municipal de Meio Ambiente, e isso nunca aconteceu, eu mesmo já cheguei a denunciar na [confidencial], na própria [confidencial], já cheguei a falar com [confidencial], mandar mensagem alertando, mas, enfim, nada ocorre.

A destruição do patrimônio destrói não somente a memória coletiva da cidade, mas também as memórias individuais que se constroem junto a estes patrimônios, tornando-se lugares de memórias individuais, conforme explica Nora (1993, p. 21-22):

Os lugares de memória [...] são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente [...]. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. [...] É material por seu conteúdo demográfico, funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos [...].

Portanto, um lugar é um lugar de memória quando se torna um lugar de memória, podendo ser coletivo ou individual. Neste sentido, Francisco Henrique narra sobre sua infância e as perdas dos lugares de memória, lugares estes que hoje se reconfiguraram a partir do processo de verticalização de Campina Grande:

Eu morei numa rua, como eu fale no início da minha fala, na rua São Paulo. Por trás da minha rua era uma espécie de chácara, era um lugar em que a gente corria, em que a gente brincava de se esconder, em que a gente jogava futebol, que a gente brincava de polícia e ladrão, ou seja, boa parte da minha infância foi nesse bosque (era uma espécie de bosque). Hoje isso se transformou numa rua, é chamada rua Rio Grande do Norte, é a rua mais nova do bairro da Liberdade, então essa rua não existia. Então isso trouxe muitas lembranças, toda vez que eu passo lá eu vejo, é uma rua sem saída hoje, porque era um ambiente em que nós brincávamos lá. Lembro que o muro da minha casa tinha um portão que dava direto para esse bosque, e aí juntava meus amigos, aquela coisa toda; e hoje lá tem prédios, ou seja, mudou completamente a paisagem.

A partir da fala do entrevistado, percebemos que a única possibilidade restante para o mesmo visitar estas memórias é pelo seu próprio cérebro, uma vez que o local físico, o palco onde estas sociabilidades e memórias pessoais se construíram, foi destruído pelos interesses do mundo contemporâneo.

De acordo com Pesavento (2007), uma

cidade sensível é aquela responsável pela atribuição de sentidos e significados ao espaço e ao tempo que se realiza na e por causa da cidade. É por esse processo mental de abordagem que o espaço se transforma em lugar, ou seja, portador de um significado e de uma memória... são ainda os processos mentais de representação da realidade que nos permitem inventar o passado e construir o futuro (PESAVENTO, 2007, p. 14-15).

Para a autora, "sensibilidades se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído [...]" (PESAVENTO, 2007, p. 20). Neste sentido, Francisco Henrique continua narrando experiências com a natureza que a sociedade de sua época possuía, ainda no compartimento urbano:

A gente tinha muito contato com pássaros: galo de campina, rouxinol, xexél de bananeira, azulão... Então eu via muito esses pássaros na minha infância, e praticamente isso desapareceu. Árvores foram cortadas, terreiros foram soterrados, edifícios foram construídos e Campina Grande assumiu essa conotação muito mais urbana do que era nos anos 70 e anos 80 no período da minha infância e da minha adolescência.

Com o mesmo tom de saudades a colaboradora Maria do Socorro narra sobre suas memórias da juventude, em que se divertia “na boate Esquina, ali onde é aquela farmácia [confidencial], a boate Esquina era ali, foi demolido, ali agora é uma farmácia, não tem nada, resto de boate não tem nada, a gente frequentava muito”, afirma a colaboradora com tom de saudades, reforçando que ela e seus amigos frequentavam muito. Sobre essas mudanças no tempo e no espaço, a colaboradora destaca que

a segurança, é a principal [mudança], a saúde também não era tão defasada como está hoje em dia, funcionava melhor, a educação também, porque os colégios estaduais eram tidos como referência, principalmente o Estadual da Prata... mudou tudo. A gente se divertia, porque a gente não... não tinha violência, a gente não tinha maldade, então a gente se divertia [...]. Campina Grande era outra cidade...

Portanto, a sensação que nos dá é que a cidade era melhor quando era menor, sugerindo pensar porque se fala de um progresso e desenvolvimento quando estes conceitos trazem consigo problemas sociais? Sugerimos pensar, então, em um crescimento relativamente descontrolado, no sentido em que problemas sociais são surgidos e o a modernidade não resolve, conforme Berman (1986) provoca, sobre uma modernidade que promete aventuras mas se esbarra em suas próprias contradições.

Quando questionada se hoje ela iria da mesma forma para essa boate, em virtude das mudanças citadas a respeito do problema social da violência urbana, a colaboradora afirma sem titubear e movimentando a cabeça que “de jeito nenhum, iria nada, de jeito nenhum, para canto

nenhum. Hoje faz medo a gente ir até de carro, imagina a pé”.

Um fator interessante que Francisco Henrique pontua é sobre a transformação de uma cidade muito mais urbana a partir dos anos 1990, a partir de uma política de “desenvolvimento” que desencadeou a construção do Plano Diretor da cidade, em 1996. Sobre estas transformações paisagísticas, o colaborador narra:

Eu me lembro também, professor, do bairro do Catolé, o bairro do Catolé praticamente não existia. Nós saíamos do bairro da Liberdade, uma turma de colegas, eu tinha 12/13 anos; e a gente ia tomar banho de barreiro, ia caçar passarinho, ia montar alçapão para prender passarinho, ia caçar preá. Então quando eu passo ali na Vigário Calixto, quando eu passo ali no bairro do Catolé e vejo aqueles amontoados de prédios ali me vem à memória um tempo bom da minha infância, e hoje o bairro do Catolé é um dos bairros mais importantes de Campina Grande. Era só fazendas, chácaras, [...] isso eu me recordo bastante da minha infância.

Maria do Socorro reforça esta percepção de crescimento de Campina Grande após a década de 1990, “cresceu<sup>11</sup> muito”, diz a colaboradora, “é outra cidade... esses prédios aqui<sup>12</sup> não tinha nenhum”, destaca a colaboradora. Quando questionada a partir de quando ela percebe estas transformações na cidade ela informa que não se recorda, na tentativa de ajudá-la a reencontrar estas memórias questiono se foi a partir da década de 1990 (pensando na publicação do Plano Diretor de 1996), a colaboradora por sua vez confirma que sim.

A colaboradora continua: “foi mudado tudo né, na cidade, mudou a cidade todinha: os bairros mudaram, o centro mudou, mudou muito o centro”, quando questionada o que ela percebe de mudanças ela afirma que “muita coisa, esses prédios né... a presença dos prédios, o comércio também aumentou muito, passou a ter concorrência, que não tinha muita, tinha, mas não era muita, hoje em dia tem muita. Mudou muito, muito mesmo, realmente é outra cidade”.

Percebemos, portanto, a palavra “mudança” dando a tônica dos relatos. A própria percepção da colaboradora a respeito de um comércio mais competitivo em termos de concorrência sugere pensar no fato de que uma cidade que cresce atrai comércio, que por sua vez movimentada a economia da cidade e muda completamente a dinâmica cidadina, a partir de processos migratórios, crescimento de oportunidades de trabalho, dentre outras questões que interferem na dinâmica populacional e nas questões sociais.

Desta feita, percebemos uma cidade completamente alinhada às transformações que atendem a interesses políticos e econômicos, representados pela impunidade e a gestão ineficiente em relação à proteção do patrimônio, bem como, como isso a associação disto à

---

<sup>11</sup> Refere-se a Campina Grande.

<sup>12</sup> Indicando pela janela de sua residência os prédios do centro da cidade, localidade onde mora a colaboradora.

perda de memórias individuais da sociedade ao longo do tempo.

Outro problema que chamou nossa atenção esteve nos impactos da verticalização sobre o clima da cidade, que afeta a qualidade de vida dos moradores. Campina Grande, além de compor o grupo das principais cidades interioranas do Nordeste, nos limites da economia, também sempre foi caracterizada por um clima agradável e ameno. Porém, com a intensificação no processo verticalizador da cidade, sobretudo durante os últimos 30 anos, alguns dados analisados indicam uma gradativa perda desta característica da urbe, gerando enquanto consequência dias e noites mais quentes com o passar dos anos.

A colaboradora Maria do Socorro destaca que o clima

era muito frio, era bem mais frio... aqui era considerado o brejo, era bem mais frio, aquele friozinho gostoso. Hoje esquentou muito, até o clima mudou, porque nessa época o clima era muito frio, tinha hora que a gente não aguentava tomar banho gelado não. Chovia mais, chovia muito mais que hoje em dia, tinha muito aquela garoazinha. Campina até sem ser em inverno chovia, era normal chover, porque era uma cidade do brejo, no brejo paraibano... Aqui era muito bom...<sup>13</sup>

A relação entre verticalização e mudança climática sugere pensar em vários problemas sociais, como o próprio aumento da temperatura, tornando a cidade mais quente; as ondas de calor, que afeta diretamente na saúde da população e no seu consumo energético; e no caso da saúde pública, pois sugere-se o aumento no número de casos de doenças respiratórias em consequência à estas variações térmicas, bem como à poluição do ar e sua umidade relativa. De acordo com o arquiteto Nunes (2011, p. 59),

os prédios, mesmo com bons projetos de arquitetura e atendendo aos conceitos ecológicos, funcionam como quebra-vento do processo de ventilação natural. As áreas posteriores às barreiras ficam sujeitas às zonas de baixa pressão e de insuficiente ventilação natural, baixa velocidade de evaporação e, conseqüentemente, sofrem aumento significativo da temperatura. As áreas ficam mais tempo úmidas, aumentando a probabilidade de proliferação dos mosquitos, em especial, o *Aedesaegypti* (transmissor da dengue). Em seguida, com mais calor há o aceleração da eclosão dos ovos e do crescimento das larvas e, portanto, um ciclo de vida com mais tempo para transmissão de doenças. Trata-se de mecanismo agravante ao desequilíbrio do “complexo patógeno”.

Segundo as geógrafas Monteiro e Oliveira (2013, p. 9),

o aumento da temperatura ocorre devido à radiação solar que incide sobre as superfícies da Terra com vários elementos que a compõem. Essa relação possibilita, não só a iluminação natural, mas também o ganho de calor. As edificações nas cidades potencializam o ganho de calor alterando a rugosidade, a forma do relevo e a

---

<sup>13</sup> Conclui a colaboradora com muita saudade e saudosismo na voz.

impermeabilidade do solo.

Nunes (2011) ainda destaca que este modelo arquitetônico gera aumento na umidade das paredes internas destes edifícios, gerando “mofo” e proliferando fungos, o que sugere um aumento em doenças respiratórias, como asma e bronquite. Joana Portugal Pereira (pesquisadora do COPPE/UFRJ e cientista do IPCC), por sua vez, em análise à problemática do clima, afirma que relatórios internacionais indicam que até 2050 teremos cerca de 250 milhões de refugiados climáticos no mundo. E teremos aproximadamente 100 milhões de pessoas em extrema pobreza devido à mudança do clima, aumentando a instabilidade política e social das regiões.

Em uma pesquisa feita por Coutinho e Brito (S/d), no campo da Meteorologia, podemos observar mudanças climáticas entre o período de 1966 e 2003 nos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, a partir da relação entre a temperatura (em °C) e precipitação (através da porcentagem). Os resultados apontam que durante este recorte os dois estados sofreram uma drástica mudança na relação entre temperatura e precipitação. Segundo os autores, “este é um cenário que não deve ser descartado, pois alguns modelos prognosticam aumento da temperatura e redução da precipitação” (COUTINHO; BRITO, s/d., p. 3), ou seja, a relação proposta a partir do método da Meteorologia – entre precipitação e temperatura, apresenta uma descompensação, o que trouxe danos para a população destes estados.

Os pesquisadores concluíram que “um aumento de 3,0°C na temperatura em conjunto com um aumento de 20% na precipitação produz modificação em quase todas as áreas dos dois Estados” (COUTINHO; BRITO, s/d., p. 3). Os autores ainda apresentam um aumento de 3°C em todo Nordeste brasileiro no período analisado, impactando, desta forma, os estados os quais eram objetos da pesquisa, segundo os autores, “para este cenário observou-se modificação do clima em todas as áreas da Paraíba e Rio Grande do Norte” (COUTINHO; BRITO, s/d., p. 4).

Dantas *et al.* (2015), chamam atenção para a péssima política de preservação de dados, ou fontes, o que sugere ser uma realidade em muitos campos do saber para além da História. Segundo estes pesquisadores, na Meteorologia, “a falta de um banco de dados climáticos de longo prazo tem sido um grande obstáculo para quantificar se os eventos extremos têm mudado nas últimas décadas sobre a Região Nordeste do Brasil” (DANTAS *et al.*, 2015, p. 432). Desta feita, justificamos a dificuldade em apresentarmos dados gráficos sobre o clima em Campina Grande no período estudado.

No entanto, o que podemos perceber a partir do diálogo com a Meteorologia é que a cidade vai perdendo gradativamente a sua característica de clima ameno, a partir da ação

antrópica sobre o espaço urbano. Segundo Dantas *et al.* (2015), as temperaturas mínimas e máximas diárias estão se elevando gradativamente ao longo do período por eles proposto, em que se insere o nosso recorte temporal. Em uma outra pesquisa, realizada por Gomes (2011), constatou-se um aumento nas temperaturas em Campina Grande no decorrer dos anos, sobretudo nas áreas urbanas, entre o período de 1984 e 2007<sup>14</sup>. Em nível de conjectura, a pesquisa realizada por Dantas *et al.* (2015), sugere que, dentre outras causas que influenciaram na alteração climática em Campina Grande, uma possível causa é adensamento das edificações na cidade.

Neste sentido, questionamos as promessas da modernidade expondo seus próprios paradigmas: criação de novos problemas socioambientais e permanência (não resolução) de antigos. Desta feita, Francisco Henrique destaca:

Eu lembro muito ali na Liberdade, perto da linha férrea, onde ali é era o São Braz. Ali realmente quando chovia, a gente até tomava banho, porque alagava muito, isso é tão notório que quando chove muito em Campina Grande, a primeira área a ser inundada em Campina Grande é ali próximo do São Braz<sup>15</sup>.

Percebe-se, portanto, tanto a contradição no conceito de “progresso” exposta no seio da própria cidade, quanto a permanência de problemas socioambientais, uma vez que o colaborador afirma que até a atualidade (2015, data da entrevista) o problema permanece.

Desta feita, como falar em progresso quando a cidade não consegue resolver seus velhos problemas de saneamento básico? José Lutzenberger (1926-2002), agrônomo, escritor, filósofo, paisagista e ambientalista brasileiro, afirma que esse crescimento urbano não planejado torna as cidades “cada dia mais feias, a vida em seu seio se torna sempre mais irritante, insalubre e insuportável. As paisagens circundantes perdem seu potencial criativo, pois inexistente o cuidado e a preocupação pela sua preservação” (LUTZENBERGER, 1983, p. 34).

Expondo sua percepção crítica acerca da própria cidade, o colaborador Antônio problematiza:

na questão do lixo nós estamos mal, não temos coleta seletiva, saneamento básico a gente está mal, está péssimo, como de resto do Nordeste, mas, por exemplo, em matéria de lixo, para uma cidade do porte de Campina Grande em relação ao resto do Nordeste nós estamos pior, em matéria de arborização nós estamos pior, em matéria de parques urbanos nós estamos pior que a média, em matéria de unidades de conservação de áreas verdes aí é que a gente está ruim mesmo.

---

<sup>14</sup> Recorte estabelecido pelo autor.

<sup>15</sup> Trata-se da Av. Professor Almeida Barreto, uma das mais movimentadas avenidas da cidade.

Em relação ao saneamento básico, o colaborador destaca que

apesar de ser uma cidade universitária e de ter tido grandes pesquisadores na área de saneamento básico [...] a cidade sempre conviveu com o lixão. No governo [confidencial] o lixão foi apenas transplantado, ele ainda tentou fazer um aterro, encaminhou um projeto nesse sentido, mas... Enfim, não logrou êxito. E, no governo [confidencial] passou a utilizar aquele aterro sanitário de [confidencial], que na verdade nunca foi um aterro sanitário totalmente implementado. Vamos dizer assim, é óbvio que ele era melhor que o lixão, mas ele era um aterro sanitário pela metade. E, depois, parece... E aí são informações de terceiros, mas parece que a coisa desandou de vez e que ele virou o lixão mesmo, porque o aterro sanitário, ele abandonado, em um mês ele vira um lixão, se não houver gestão...

Problematizamos, desta feita, a forma como a gestão municipal se apresenta em relação ao meio ambiente, em que, em nossas análises, sugerem uma subserviência ao capital contemporâneo, conduzidas pelos conceitos de modernidade e progresso, associados a interesses políticos e econômicos. Nos limites da política, estes projetos de urbanização conotam progresso e, conseqüentemente, tornam-se armas política para os gestores, uma vez que para uma cidade “moderna” e do “progresso” os créditos ficam para o gestor. A relação entre política e economia, por sua vez, se dá a partir de um progresso executado por uma indústria que executa estes projetos de urbanização.

Estas questões de lixo e alagamento urbano, conforme citamos, não são casos pontuais nem tampouco recentes em Campina Grande, conforme destacou muito bem Antônio. A citação abaixo, retirada do Jornal da Borborema, em Campina Grande na década de 1980, apresenta as vozes dissonantes à versão oficial de progresso construída sobre as cidades:

Rua Vigário Virgínio: Não existem meio-fios, nem calçamentos e há muitos terrenos baldios, para depósito de lixo e detritos poluídos. [...] Olhem as casas com esgotos para o meio da rua... Sintam a fedentina. Rua Carlos Gomes: Os esgotos, como sempre, correm para o meio da rua, trazendo sujeira e desespero de seus moradores [...]. Uma pobreza em matéria de higiene. [...] Nunca passa o carro do lixo por aqui. Rua Josino Agra: Na parte sul, muito lixo, cavalos, terrenos baldios, sem meio-fio e nem calçamento. Fizeram um serviço dos esgotos e deixaram lá os montões de terras, com a chuva, que desgraça! Quadro triste, para uma cidade que se diz ‘grande’. Rua Vigário Virgínio: Sempre com problemas. Ali existe, numa parte, um edifício de 3 andares, onde o lixo está cobrindo o térreo baldio, com porcos e outros animais comendo a sujeira. Cheia de buracos, com o mato cobrindo as calçadas e a lama [...]. De casas elegantes, mas numa pobreza permitida e consentida pela prefeitura. Campina Grande, cidade dos contrastes! (DB, 05/07/1982).

Como podemos perceber, o jornal apresenta uma outra face da cidade na década de 1980, em que projetos de modernização fizeram parte da gestão do então prefeito Ronaldo Cunha Lima e confronta os discursos sobre grandeza produzidos sobre Campina Grande. Não

somente lixo e alagamento, mas também terrenos baldios, poluição, buracos nas ruas, mau odor, sujeira e esgoto à céu aberto. A ideia de “uma pobreza permitida e consentida pela prefeitura” sugere a omissão desta e a total falta de prioridade e valorização ao meio ambiente a partir do recorte analisado neste trabalho<sup>16</sup>.

### **Considerações finais**

Percebemos, portanto, que a verticalização urbana se apresenta enquanto um símbolo de modernidade citadino associado a interesses políticos e econômicos, processo este que modifica a cidade de forma abrupta na virada do século XX para o século XXI, chegando a um desenvolvimento sem precedentes na construção civil, que rasgou os prédios da cidade com edifícios cada vez maiores. No entanto, este crescimento se apresenta em contraditório, uma vez analisados os impactos socioambientais produzidos por este “crescimento”, que confrontam os conceitos de “modernidade” e “progresso”.

Os discursos sobre a violência também fizeram parte de uma teia de justificativas que colocaram a verticalização da cidade enquanto um projeto político e econômico, uma vez que este processo atrairia a indústria do “bem morar”, embora uma das memórias mais palpáveis dos cidadãos comuns era exatamente a falta de violência, o que nos sugere questionar o porquê da imprensa produzir discursos sobre esta tal violência.

As alterações climáticas e as destruições a níveis patrimoniais e sensíveis apresentam um projeto de urbanização e “desenvolvimento” citadino que contradizem o próprio conceito de “progresso”, uma vez que os impactos são ignorados em nome da “modernidade”.

### **Agradecimentos**

Agradeço a CAPES pela concessão da bolsa para fomento da pesquisa.

### **Referências bibliográficas**

ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Parayhba do Norte: Trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In: *A Paraíba no Império e na República: Estudos de história social e cultural*. João Pessoa: Ideia, 2003.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade*. São

---

<sup>16</sup> Lembrando que a entrevista com Antônio foi realizada em 2015, ou seja, ao compararmos a data da citação do jornal, que foi em 1982, à data da entrevista, percebemos 33 anos de permanências e contrastes na noção de “progresso”.

Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BONATES, Mariana Fialho. Leis que (des)orientam o processo de verticalização: Transformações urbanas em Campina Grande à revelia da legislação urbanística. In: *Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica*. Buenos Aires, 2010, online <<http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/geocritica2010/517.htm>>.

COUTINHO, M.D.L.; DE BRITO, J.I.B. *Modificações no clima da Paraíba e Rio Grande do Norte*. S/d.

DANTAS *Et al.* Tendências anuais e sazonais nos extremos de temperatura do ar e precipitação em Campina Grande-PB. In: *Revista Brasileira de Meteorologia*, v.30, n.04, 2015.

GOMES, L.C.F. *Dinâmica da temperatura da superfície em resposta às alterações na cobertura e uso do solo utilizando técnicas de sensoriamento remoto*. Dissertação defendida ao Programa de Pós-Graduação em Meteorologia da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2011.

LUTZENBERGER, José. *Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro*. 3.ed. Porto Alegre: Movimento, Editora da UFRGS, 1983.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*, n.10. São Paulo, 1993.

NUNES, Nilo. Gestão Ambiental Urbana: Planejar Antes de Verticalizar. In: *Revista Complexus*. Ano 2, n.3. Santos, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.27, n.53, 2007.

Recebido em 30/09/2021.

Aceito em 22/12/2021.